

**Apropriações do espaço urbano: a modernidade urbanística
consumida pelos praticantes da cidade. (Goiânia 1933-1960)**

RAQUEL SIMÃO VICTOI*

Proponho de início uma breve reflexão sobre o estudo da cidade, particularmente na ciência da história. As várias leituras da cidade produzidas pelos mais diversos campos de estudo, articularam-se, Bresciani (1992), por muito tempo, e para alguns até os dias de hoje, em torno de uma noção de crescimento e desenvolvimento enquanto pressupostos teóricos. A cidade considerada como um fato histórico pouco mutável, cujas transformações constituem objetos de estudo.

As posições que romperam com a noção de continuidade temporal, são aquelas que se voltaram para a cidade vinculada à idéia de modernidade, disponíveis desde a primeira metade do século XIX. De acordo com esta posição, a cidade é problematizada em torno de uma especificidade urbana, considerada como um espaço de tensões conceituais e sociais, esta leitura orientou o conhecimento que se produziu sobre as cidades modernas e contemporâneas.

Há uma interessante reflexão sobre as abordagens da cidade que se estabeleceram a partir deste período. A primeira abordagem concebe a cidade enquanto uma questão técnica e deseja retrata-la a partir de “dados sensíveis”. Há uma tradução destes dados subtraídos da realidade para categorias gráficas e numéricas de análise, produzindo diagnósticos de sua materialidade para projetar a cidade ideal do futuro. As avaliações da cidade expressas como diagnósticos nos remete às concepções sanitarista de estudo do meio ambiente, que estão na origem deste conhecimento da cidade.

Parte se da doença e dos corpos doentes para se pensar as modificações do meio físico, a questão nasce deste modo com preocupações sanitárias. Nesta leitura o meio ambiente é reduzido aos seus elementos técnicos, os dados sensíveis cederam cada vez mais espaço para os dados técnicos, num grandioso projeto disciplinador. (BRESCIANI,1992,p.14):

“A intervenção técnica da cidade participa de um movimento do conhecimento que partiu da circunscrição da doença e da observação dos corpos doentes para a modificação do meio físico em que a doença aparece. É por isso que a questão urbana nasce junto com a Idéia Sanitária- preocupações simultâneas com o meio formador do

*Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, doutoranda em História, Bolsista CAPES.

corpo físico e da moral do pobre, já que pela proximidade física poderia contaminar a população rica e reverter as expectativas dos benefícios do trabalho. Mentis sadias em corpos sãos.” (BRESCIANI, 14, 1992)

A segunda abordagem trás a questão social como matriz para leitura da cidade. As revoluções e suas conseqüentes insurgências populares, de fins do século XVIII e início do XIX, colocam em pauta uma nova ordem que concreta e utopicamente, são a inauguração de uma nova sociedade. A questão social está no cerne da política de uma cidade na qual impera um espaço politizado. Este contexto no entanto se altera e a ameaça das multidões ganha uma roupagem um pouco distinta em uma cidade enquanto espaço da produção, a cidade industrial onde a fábrica é o centro. O tema, agora permanente, das multidões apresenta uma acentuação das discussões e distinções entre público e privado. A fábrica e a Revolução Francesa da “Era da Máquina” marcam a maneira de pensar a cidade e uma forma de equacionar capital e trabalho na cidade ideal.

A terceira abordagem da cidade é pautada pela criação de espaços para a formação das identidades sociais enquanto identidades de classe. A cidade se apresenta dividida nestas representações, reflexo de uma sociedade dividida. O burguês entre dois mundos, dos ricos e dos pobres, constrói um espaço de atuação e uma identidade. (BRESCIANI, 1992, p.20)

“(...) constitui sua identidade aprisionando a antiga noção grega de *polis* como espaço público em oposição ao *oikos*, domínio privado, numa reelaboração que define a esfera pública como lugar da ação política de proprietários acionistas da sociedade política em oposição à vida privada, agora recolhida para noção de intimidade”

A esfera pública, esfera social de vida da burguesia, e a intimidade são o terreno para a construção de uma sensibilidade burguesa. A sensibilidade burguesa é justamente a chave para a compreensão da quarta abordagem da cidade. Ela imprime um outro olhar ao mundo, “olhar armado” que distante do objeto que analisa produz um conhecimento das essências do homem e de seu mundo. Há um grande mergulho de toda a sociedade num universo psicologizante. (BRESCIANI, 1992, p.22)

“A distância entre sujeito e objeto se repõe na impessoalidade do conhecimento intelectual do mundo feito através de livros, substituindo a figura do narrador como memória coletiva e a *mimesis* como forma de aprender fazer. O conhecimento do mundo se estende prodigiosamente na possibilidade aberta pelo campo dos conceitos

universais, que têm a pretensão de tudo apreender que a tudo dão nome. Pouco importa que conceitos forjados a partir das representações estéticas de situações européias possam tornar inviável chegar se ao âmago das coisas, pessoas e costumes denominados exóticos, o olhar armado dará sempre a impressão desse sobrevôo que a tudo abarca mesmo em sua singularidade.”

A quarta abordagem ressignifica a questão social agora conduzida pelas organizações partidárias dos trabalhadores, a “idéia de determinação” no caminho para a construção de uma sociedade enfim mais justa e igualitária dá o tom do discurso. Com críticas severas a ideologia burguesa de eleição do povo e das representações políticas como parâmetro para a nação, que em verdade prescindia de uma verdadeira democracia. Nesta perspectiva tudo é politizado e incorporado a ação política.

A inserção de uma noção de territorialidade configura uma abordagem atual da cidade. O território nesta perspectiva incorpora uma idéia de subjetividade, posto que não existe território sem sujeito, neste sentido “O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território.” (ROLNIK, 28, 2004).

A concepção de um espaço-função de abordagens que produzem exterioridade entre produção social e econômica é rejeitada. O espaço é entendido como “marca” e está além de suas dimensões físicas, o espaço urbano é lido como um código. Este território não existe portanto previamente, anterior a sua marca, aos processos que o produziu. (ROLNIK, 2004, p.28)

“(…) o território não existe previamente, anteriormente à marca ou ao processo social ou coletivo que o produziu. É uma coisa só, não tem essa conotação de inferioridade e de subordinação. Isso significa que o espaço urbano, para além de sua existência física e material, é um código. Quando se fala em territorialidade, está-se falando simultaneamente de realidade física e de código, código-território. É uma idéia da não-independência entre estas coisas.”

Nesta perspectiva Rolnik apresenta como tarefa fundamental do historiador urbano o entendimento dos significados dos processos de territorialização e reterritorialização em relação com os processos mais globais de transformação na vida social, econômica e política.

Após a identificação destas noções de abordagem da cidade, passo a definição de um conceito de História Urbana a partir de um debate dos estudos urbanos no ambiente francês. As evoluções deste campo de estudo no ambiente francês são consideradas nas discussões sobre as possibilidades interpretativas que possuímos para compreendermos a cidade.

Os anos 60 e 70 representaram para a historiografia um período de desafios na busca de

novos caminhos para a solução de grandes impasses. A cidade emerge neste cenário como objeto de estudo que reclama autonomia e no qual a história urbana denota uma tendência a se constituir em história-problema.

Frente a uma história social concentrada na análise de grupos sociais, a história-problema constrói uma abordagem voltada às redes sociais, aos processos e estratégias. Desenvolve uma perspectiva em que a cidade é encarada como um sujeito de sua história, fazendo aflorar toda riqueza dos fenômenos urbanos para um novo campo de pesquisa.

Expectativas sociais se unem a expectativas e evoluções internas às ciências francesas, os séculos XVI, XVII e XVIII foi um período marcado por grandes anseios de independência das cidades subscritas ao poder real. Congregações religiosas e destacados eruditos produziram histórias das cidades comprometidas com elogios da civilização citadina e exaltações de seus símbolos de grandiosidade, com uma visão do passado que garantia o presente, expressavam um interesse de valorizar os índices de sua 'independência perdida'.

No século XIX gerações de eruditos locais se comprometem na produção de histórias urbanas em sintonia com as críticas ao rompimento de uma antiga harmonia. Colocam em discussão as antigas tipologias construídas para se pensar a cidade em uma conjuntura de crescimento e transformação das cidades com a industrialização e reorganizações do tecido urbano, cujo exemplo mais expressivo foi o plano de Haussmann. Comunicam seus desejos de enraizamento no passado frente as novas organizações e dinâmicas sociais com um discurso fortemente marcado por um patriotismos chauvinistas.

A historiografia contemporânea se inscreve igualmente em tensão com as transformações quantitativas e qualitativas das cidades, que se tornaram fenômenos de grande proporção em um espaço de tempo relativamente curto. A existência de novos contingentes de habitantes, agravamento dos problemas sociais e efeitos nocivos de um padrão de desenvolvimento que demonstra ser insustentável nos faz constatar que estas novas realidades geram novos rompimentos enfrentados com uma compensação nostálgica. Orientando desejos de enraizamento que constroem seus sentidos na recuperação daquilo que perdemos.

Neste amplo horizonte a atuação do Estado gera uma perspectiva diferente, as demandas do Estado são: compreender para prever e organizar para controlar o espaço urbano. A gestão pública investe recursos na produção de pesquisas acerca da cidade, reunindo um grande

volume de conhecimentos de notável valor para os cientistas sociais e podemos afirmar com segurança, sem precedentes em outros campos de pesquisa. Além de haver atualmente uma constante participação dos cientistas sociais em equipes de pesquisa orientadas por ações do poder público.

Houve, no entanto um primeiro período no qual os cientistas sociais tiveram uma participação somena nestes trabalhos. Uma orientação tecnocrática das instituições públicas investiu numa forma de organização funcional do espaço urbano, ansiosos por regula-lo através de uma teoria da urbanização que não tardou malograr e abriu espaço para novas orientações.

Observa-se de um lado a construção de outros significados relativos às situações particulares de socialidades e para a multiplicidade de modos de vida locais. Torna-se cada vez mais frequente uma ampliação cronológica, a cidade é experimentada como uma conservadora temporal. A interpretação da cidade se torna hipersensível às múltiplas temporalidades inscritas no tecido urbano.

A história urbana como um campo de estudo se desenvolveu tardiamente, foi influenciada por discursos já constituídos a décadas por outros campos envolvidos em pesquisas da cidade. Os estudos históricos das funções cidadinas foram orientados inicialmente por métodos e reflexões dos geógrafos, principalmente no cenário francês.

Preocupados em compreender o crescimento das cidades e as configurações de suas formas urbanas, empreendem classificações da cidade segundo o nível e tipo de funções que exerciam passando a estabelecer tipologias e hierarquias urbanas.

Os historiadores puderam, a partir dos estudos dos geógrafos, formular diversas questões sobre os modos de funcionamento econômico das cidades, as características originais de suas formas urbanas pré-industriais e a frequente concepção por parte dos geógrafos de um passado no qual o presente encontrava sua explicação.

Alguns modelos em síntese, da interpretação das formas urbanas que influenciaram a construção da posição dos historiadores são também importantes mencionar. A primeira de orientação marxista enxergava nos crescimentos da cidade a expressão do desenvolvimento da lógica do capital refletidas nas demandas do Estado, confrontando a posição dos planejadores que enfrentavam estas mudanças da cidade em termos de inadequação das políticas urbanas.

A prioridade das orientações teóricas sobre a observação empírica, e o amálgama da

questão urbana com a questão social, são alguns dos traços das idéias de matriz marxista na história urbana.

O segundo modelo vem de um grupo de arquitetos e urbanistas fortemente influenciados pelo pensamento de Michel Foucault em um momento em que “a história se faz urbana, a pesquisa urbana se faz histórica”. Alguns de seus problemas encontram eco também entre os historiadores, tais como: o repetitivo ganha mais força que o excepcional, o habitual mais que o monumental; novas indagações que a realidade do vivido inscrita até então em termos de leis urbanísticas podem apontar à pesquisa; a dialética passado-presente explicitada e reavaliada em seus determinismos; e a cidade vista em termos de espessura temporal.

A perspectiva de Foucault possui algumas diferenças, com uma visão bastante instrumentalizada da cidade, avaliar o papel histórico da cidade organizada e disciplinarizada constitui um espaço de diálogo com os historiadores em seu campo de atuação. As relações sociais, as políticas urbanas e a organização do território são novos caminhos estabelecidos para a pesquisa urbana.

A afirmação da história urbana em um contexto de forte supressão das pretensões de uma história total faz com que a história urbana se desenvolva em seu início, de certo modo, como um remédio paliativo. A cidade se apresenta como um objeto de estudo para o qual se deseja uma compreensão que se encontre plena de possibilidades para uma nova aproximação da globalidade.

A história urbana constituída enquanto história-problema se esforçou sistematicamente para superar novas barreiras que possuem dois aspectos básicos: a imersão da compreensão da cidade em uma complexidade obscurante e o risco da perda do objeto.

A cidade nesta abordagem não possui uma natureza específica, ela torna se um mero resíduo do social. Algumas posturas teóricas desta abordagem podem ser sintetizadas por: justaposição de vários estudos que promoveriam o desmoronamento do sujeito com o cruzamento de fontes, já que se considera que elas tratam da mesma coisa, a cidade moderna. Primazia e evidência do arquivo colocadas a parte em nome da identificação e construção do objeto. A pesquisa representa uma cópia teórica simplificada e abstrata da realidade e estabelecimento de uma nova temporalidade com a eleição de eventos mais ou menos relevantes para o estudo que realiza de seu objeto.

A historiografia dos anos 80 possui sinteticamente as seguintes orientações: rompimento definitivo com uma história labrousiana, preponderante nos anos 50 e 60, com o desenvolvimento de abordagens mais interessadas em processos que em situações estáveis. A pesquisa dos anos 80 se interessa pelos movimentos de alterações no sentido e uso das estruturas enquanto categorias de análise aparentemente imperiosas, determinadas como estudos das modalidades de mudança das formas de organização econômicas passadas.

Os objetos de estudo não são considerados como evidências e sim como imersos em um processo de construção no qual entra em jogo a economia dos sistemas simbólicos expressos nas práticas sociais dos indivíduos, aproximações teóricas evidentes com a antropologia cultural e com a micro-história. Baseando numa concepção sistêmica da cidade o estatuto da história-problema que a análise urbana possui. Esta concepção sistêmica da cidade possui um duplo sentido: a cidade fazendo parte de um sistema enquanto um de seus elementos e em outro nível cada cidade compõe sistemas cujos elementos adquirem sentido uns em relação aos outros.

Na década de 90 a história urbana continua reduzindo a questão urbana à questão social. Os elos sociais e as identidades, não das cidades como antes, mas dos indivíduos e grupos que nela residem, constituem a principal pauta de pesquisa.

As propostas de estudo da cidade por esta historiografia estava desejava em substituir definitivamente as abordagens objetivantes pelas subjetivistas, uma análise de tipo estrutural por uma fenomenológica. Apresentam interesses não em estabelecer critérios que diferenciem duas comunidades distintas e revelem como se estabelecem as suas especificidades, mas se preocupam com as práticas e com os imaginários que constroem e perduram diferenças. O método é articulado por uma preocupação com as redes, estratégias e meios pelos quais os indivíduos conformam suas identidades.

Lepetit enxerga nestas escolhas um certo retorno das estruturas. O direito e a instituição asseguram uma satisfatória adequação entre um espaço e uma comunidade de vinculação, os elos sociais encontram toda a sua força em uma rede institucional herdada. A cidade compõe seu sentido em relação a comunidade.

Nestas abordagens a comunidade urbana é uma comunidade cívica, nela as normas e as instituições é a matriz das identidades e orientações que mantêm a comunidade unida. A atenção

deve então se voltar para o papel do sentido social conferido às instituições, enquanto soluções para as indefinições comunitárias.

Um programa atual estabelece a história urbana enquanto a história dos usos e formas da cidade, a historicidade dos sistemas considerados para análise é orientado por uma concepção temporal em que as seqüências são traduzíveis pelos descompassos e o rumo das trajetórias pela pluralidade das temporalidades.

Contrapondo se a linearidade temporal e a determinismos espaciais, presentes nos modelos culturalistas de urbanismo e nos modelos funcionalistas, que pretendem organizar o futuro projetando as tendências presentes. Retomam o ideal perdido da comunidade urbana, dando corpo novamente às formas de organização passadas da cidade correndo se dessa forma o risco de produzir um conhecimento que expressa exterioridade entre a sociedade e seu território.

Estabelecer dissociações entre os estudos acerca da urbanidade e as pesquisas sobre a morfologia urbana resulta na perda da especificidade urbana. A cidade é encarada nesta perspectiva como feita de cruzamentos ela nunca dissocia, ao contrário, coaduna e converge a um só tempo, fragmentos de espaço e práticas provindas de diversos momentos do passado.

O problema é estabelecido não como uma preocupação em associar uma trajetória histórica e uma evolução futura, mas sim em estudar as modalidades de presentificação dos passados, posto que o presente só tem sentido nas práticas que reatualizam conjuntamente as estruturas sociais e espaciais ultrapassadas.

Os riscos de uma circularidade explicativa com uma regressão ao infinito perdendo se em infundáveis re-apropriações e de uma explicação finalista deve ser enfrentada através de uma análise hermenêutica. A conduta hermenêutica explora a própria distância temporal, as categorias que inscrevem temporalmente as formas urbanas e os usos sociais da cidade de maneira conjunta e as modalidades de apropriação do espaço pelos cidadãos expressam que a analogia entre texto e cidade merece ser desenvolvidos em suas seqüências.

Considerando estas definições, proponho uma reflexão sobre as possibilidades de leitura da cidade de Goiânia. Neste sentido pode se observar de forma ainda marcante a influência de concepções de cidade e orientações teóricas e metodológicas na História da cidade de Goiânia que a constrói enquanto uma história dos construtores e idealizadores da cidade. Os documentos

daqueles que planejaram e intervieram no espaço urbano da cidade, com seu saber instrumentalizado é muitas vezes privilegiado entre outras fontes para o estudo da cidade.

Mas que uma mera escolha pelos discursos produzidos por instituições públicas e ‘personalidades de Estado’ as interpretações formuladas a partir deles se constitui como cerne da necessidade de exame cuidadoso destes posicionamentos. Entre alguns trabalhos historiográficos percebemos uma forte presença do discurso do planejamento urbano municipal, nem sempre interpretados de modo a considerar suas limitações explicativas e suas estratégias ideológicas.

O protagonismo do Estado na História da cidade se faz sentir de maneira patente em algumas pesquisas, que o elegem enquanto tal e de maneira implícita em outras que se convencem dos ‘diagnósticos’ e ordenamentos do espaço urbano da cidade por ele apontado, além de acionar a força organizadora das modulações temporais que determinaram suas evoluções. Neste sentido é importante destacar a relevância dada ao Plano Diretor concluído no ano de 1992, este documento serviu de referência à histórias da construção e evolução do espaço urbano da cidade muitas pesquisas seguem a mesma organização cronológica e sentido argumentativo dos diagnósticos presentes neste Plano.

Há a caracterização de dois períodos marcantes no início da cidade, um primeiro período (1933-1950) de planejamento e implantação da cidade, em que o poder público cumpriu o seu papel de regulador do espaço urbano da cidade e um segundo período (1950 em diante, com constantes destaques para os anos em que houveram formulações de novos Planos Diretores) que aponta para uma falha do poder público em continuar garantindo os parâmetros e dinâmicas de expansão da cidade como previstos inicialmente. Foi o início do desvirtuamento do projeto original da cidade, a história do seu “desplanejamento”.

Este olhar totalizante da cidade presente nestes discursos representa o que Certeau (2009) denomina de cidade panorama, “simulacro teórico” que constrói um conhecimento totalizante da cidade, a este conhecimento as práticas são desconhecidas. O texto em que se inscrevem as formas e dinâmicas visualizáveis à distância compõem as artificialidades teóricas desta visão da cidade.

Certeau aponta três operações desta forma de pensar a cidade: a criação de um espaço próprio, que suprime o que não lhe cabe. O estabelecimento de um sistema sincrônico que

desconsidera lapsos, ausências e opacidades. Além da constituição de sujeitos universais e anônimos. A cidade modula um espaço composto por elementos, propriedades, funções delimitadas para serem analisadas e classificadas. Estas operações não abarcam, no entanto tudo aquilo presente na vida da cidade que não pode ser controlado e programado.

As concepções que muitos pesquisadores possuem da cidade não se restringem a uma concepção de cidade panorama, mas a incorpora nas escolhas que faz na construção de suas interpretações. Interpretar a cidade implica em considerar as sociedades que se estabeleceram aqui para se construírem juntamente com a nova cidade.

Partindo destas considerações admito como relevante construir interpretações da cidade, como algumas pesquisas já o fizeram, que incorpore as parcialidades destes discursos e reconsidere a importância dos instrumentos de planejamento para a construção de uma história dos espaços da cidade. Colocando, com sentidos renovados, a questão trazida por Lepetit ‘A história leva seus atores a sério?’.

Este questionamento se vincula ao desejo de voltar o olhar para os praticantes da cidade. A intenção de formular interpretações sobre a maneira como as pessoas se apropriaram dos espaços da cidade ao construírem suas vidas numa cidade nova. O maior interesse se volta portanto para os “praticantes ordinários da cidade” segundo a designação de Certeau.

Nas evidências da cidade planejada e visibilizada entretece cidades metáforas, migrantes. O cotidiano dos habitantes da cidade nos traz as possibilidades de escapar às perspectivas totalizantes de leitura da cidade. Neste sentido Certeau (CERTEAU, 2009, p. 159) afirma:

Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes destas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra.

A compreensão da evolução da cidade tem que incorporar a meu ver, o fato do projeto original da cidade estar desde o início fadado a se desvirtuar, um projeto de cidade, portanto um ideal de cidade foram realidades de uma sociedade que não merecem serem estabelecidas como ideais para a atualidade nem enfrentadas com nostalgias pela perda de um controle

impossível de se estabelecer para a vida das cidades. Nos vale antes como um horizonte, para pensarmos o que desejaram para a cidade e o que desejamos para ela contemporaneamente.

Interpretar a cidade implica em considerar as sociedades que se estabeleceram aqui para se construírem juntamente com a nova cidade. Concebendo que não é possível considerar a formação e evolução de seus espaços sem admiti-los como fragmentários e descontínuos.

Afirmo deste modo a pertinência de uma história da cidade que se ocupe com os práticas espaciais, para compreender sob outras perspectivas a maneira como o espaço urbano da cidade foi construído. A cidade de Goiânia compõe um estudo de caso. A história da cidade que poderei construir possui as possibilidades de compor uma história dos usos e formas da cidade, com o permanente esforço de não as contrapor hierarquicamente ou, tanto pior, construir esquemas de explicação causais que produza determinismos e exterioridades entre os espaços e as práticas envolvidas em suas vivências.

A cidade pode ser flagrada em todas as suas riquezas ou misérias, nas falsas promessas de felicidade, bem estar e realização que em muito expressam a paralisação, a formação de um público espectador, pronto a se tornar ou ser tornado passivo, mas que na esquina seguinte nos espera para nos demonstrar, com astuciosas táticas, a possibilidade de recordar e ressignificarmos Foucault ao anunciar- Não, eu não estou no lugar que você deseja me colocar! – inventando maneiras de fazer que fogem as mais diferentes formas de dominação.

Ficam expressos estes interesses com a escolha de abordagem das práticas de espaço a partir de um aparato conceitual que investe as suas capacidades explicativas em conceber as “práticas do desvio”, reservando aos atores sociais, bem como às operações que eles engendram, um novo papel. Concedendo a inventividade social as saídas para romper cotidianamente com o que está estabelecido de maneira hegemônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Permanência e ruptura no estudo das cidades**. In: FERNANDES, Ana (org.). *Cidade & História*. Salvador: UFBA, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **A cultura no plural**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

- _____ **L'absent de l'histoire.** Paris: Mame, 1975.
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana;** seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____ **La ville: cadre, objet, sujet. Vingt ans de recherche en histoire urbaine.** Paris: Le Courrier du CNRS, 81, 1991.
- ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.